

Quinquênio

Haddad faz alerta a senadores sobre impacto da PEC nos Estados

Ministro da Fazenda expõe preocupação do governo com proposta em debate no Senado; Lira diz que projeto não deve andar na Câmara

BRASÍLIA

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, aproveitou um jantar na noite de anteontem com senadores da base aliada do governo Lula para alertar os parlamentares sobre o impacto fiscal da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do Quinquênio. O projeto, que prevê o pagamento de um bônus na remuneração de juizes, procuradores, promotores e servidores de outras carreiras públicas, avançou no Senado e preocupa o Executivo.

Segundo apurou o *Estadão/Broadcast*, Haddad disse aos senadores que a PEC, ao estender o benefício para outras categorias, tem um potencial de risco ainda maior para as contas públicas. O jantar

ocorreu na casa do líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), e reuniu congressistas de partidos da base governista como PT, PDT e MDB.

O ministro da Fazenda afirmou também que a proposta tem um impacto ainda não mensurado nos Estados, uma vez que a retomada do quinquênio pode acabar beneficiando servidores estaduais. Durante o jantar, Haddad fez uma exposição sobre o esforço que o governo vem fazendo do ponto de vista fiscal para tentar equilibrar as contas públicas.

Ele citou, por exemplo, o acordo firmado com a Câmara em relação ao Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), que terá custo de R\$ 15 bilhões nos próximos três anos, como sinal de diálogo do Executivo com o Congresso.

PAUTA-BOMBA. Nesta semana, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva cobrou publicamente o empenho de Haddad e de outros ministros para melhorar a interlocução do governo no Congresso. De acordo com o presidente, o titular da Fazenda deveria, em vez de “ler um livro”, conversar mais com deputados e senadores.

O governo enfrenta a ameaça de uma pauta-bomba no Legislativo puxada pela PEC do

“Um assunto como a PEC do Quinquênio dificilmente terá andamento na Câmara”

Arthur Lira (PP-AL)
Presidente da Câmara dos Deputados

“O orçamento é do Judiciário, que vai aplicar para essa estruturação. Nosso projeto de déficit zero, de equilíbrio das contas públicas, não é afetado”

Rodrigo Pacheco (PSD-MG)
Presidente do Senado

Quinquênio. Estudo do Centro de Liderança Pública (CLP), considerando o pagamento do bônus automático de 5% apenas para a magistratura e o Ministério Público, estimou impacto anual de R\$ 1,8 bilhão. Com a inclusão de outras carreiras do serviço público – como aprovado na proposta chancelada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, o governo afirmou que esse valor pode chegar a R\$ 42 bilhões por ano.

Como esse adicional de 5% a cada cinco anos de serviço é considerado verba indenizatória, seria acrescido à remuneração sem entrar no abate-teto.

Atualmente, o teto do funcionalismo público federal é de R\$ 44 mil, que corresponde ao salário de um ministro do Supremo Tribunal Federal.

“A PEC assombra por dispensar o teto constitucional”, disse o professor Antonio Carlos de Freitas Jr., mestre em Direito Constitucional pela USP. “O quinquênio não é para corrigir defasagens, é para ter um incremento salarial, fora do teto. E eles colocam de maneira muito clara que é para gerar uma atratividade. Ou seja, é um privilégio.”

O texto aprovado pela CCJ foi levado ao plenário do Senado, onde passará por um ciclo de debates. Se obtiver o voto favorável de 49 dos 81 integrantes da Casa, em dois turnos, a proposta será encaminhada para análise da Câmara.

CÂMARA. Enquanto a PEC do Quinquênio conta com a bênção do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), a situação na Câmara não deve ser tão favorável. Ontem, o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), afirmou que a proposta não tem chance de prosperar na Câmara. “Um assunto como a PEC do Quinquênio dificilmente terá andamento na Câmara”, disse Lira, durante evento em Brasília, ao comentar que alguns projetos que tramitam no Senado au-

mentam as despesas públicas.

Anteontem, Pacheco saiu em defesa da PEC. O presidente do Senado admitiu que pode negociar com o Executivo a redução da lista de categorias com direito ao quinquênio, mas alegou que ela não prejudica o equilíbrio fiscal. “O orçamento é do Poder Judiciário, que vai aplicar para essa estruturação. Nosso projeto de déficit zero, de equilíbrio das contas públicas, não é afetado com a priorização, no âmbito de um orçamento já definido, de estruturação de carreira, em vez de construção de prédios de fórum, por exemplo.”

DEBATE. Conforme Pacheco, o assunto “vem sendo estudado ao longo de muitos anos”. “O alargamento (das categorias) merece novos estudos, precisa envolver o Executivo”, afirmou o presidente do Senado, que encabeça a PEC na Casa. “Vamos ter responsabilidade de discutir com o Executivo.” Na avaliação de Pacheco, o adicional por tempo de serviço, sem a necessidade de cumprimento de metas de produtividade, é importante para garantir servidores estimulados.

Ainda de acordo com o senador, há um compromisso de só promulgar a PEC do Quinquênio quando o projeto de lei que acaba com os supersalários no Judiciário for aprovado no Congresso. Mas, como mostrou o *Estadão*, enquanto a proposta para ressuscitar o quinquênio avança no Senado, o PL que prevê o fim dos supersalários no funcionalismo público está parado na Casa desde 2021. ● GABRIEL HIRABASHI, CAIO SPECTO, VICTOR OHANA, LEVY TELES, FAUSTO MACEDO E WESLEY GALZO

Contas públicas

R\$ 40 bi é o impacto anual estimado pelo governo com a PEC do Quinquênio

Reforma do Código Civil

Redes sociais devem moderar conteúdo, diz corregedor de Justiça

LAVÍNIA KAUCZ
LUCI RIBEIRO
BRASÍLIA

Corregedor-geral do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e coordenador do grupo de juristas que redigiu proposta de atualização do Código Civil, o ministro Luís Felipe Salomão defendeu a responsabilização das plataformas digitais por conteúdos que disseminam.

Salomão, que é ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), afirmou que o anteprojeto com propostas de alteração do Código Civil impõe às redes sociais conduta mais ativa para evitar que conteúdos ofensivos e criminosos sejam

divulgados. “Quando trata das redes sociais e da proteção de dados, o projeto não interfere na legislação que já existe, apenas no caso do Marco Civil da Internet. Nós estamos propondo que haja maior responsabili-

Crítica
Ministro do STJ defende responsabilização das plataformas: ‘Deixar para o Judiciário é muito cômodo’

zação das redes”, disse o corregedor ao *Estadão/Broadcast*.

“Não é possível mais que as redes não façam uma moderação, elas próprias, do seu conteúdo. Deixar que seja sempre

pela via do Judiciário é uma posição muito cômoda”, destacou Salomão.

O texto apresentado ao Congresso propõe a revogação do artigo 19 do Marco Civil da Internet. O dispositivo está no centro da discussão sobre a responsabilização das big techs, porque isenta as plataformas de qualquer obrigação na remoção de conteúdos considerados ilegais, a não ser que haja decisão judicial determinando a retirada.

AÇÕES. A revogação do artigo 19 abriria espaço para usuários moverem ações judiciais contra as plataformas, pedindo indenização por conteúdos ofensivos e criminosos. Para evitar essa judicialização, as big techs seriam obrigadas a moderar os conteúdos por conta própria, atendendo a solicitações feitas pelos usuários.

Na avaliação de Salomão, a proposta é feita “em linha com o que acontece no mundo inteiro”. ●

Justiça Eleitoral

Google proíbe anúncios políticos nas eleições

BRASÍLIA

O Google vai proibir, a partir de maio, o impulsionamento de conteúdos políticos em todas as suas plataformas. A big tech vai atualizar a política que vigora atualmente no Google Ads, que é a interface de compra e venda de anúncios. A mudança foi promovida para atender às exigências de uma resolução publicada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em fevereiro deste ano.

As alterações vetam o impulsionamento de qualquer tipo de anúncio que fale sobre eleições, partidos, federações e coligações, cargos eletivos, propostas de governo e projetos de lei. A decisão da big tech foi revelada pelo site Poder360 e confirmada pelo *Estadão*.

O *Estadão* apurou que o Google passou os últimos dois meses imerso em discussões internas para definir como iria cumprir as regras determinadas pelo TSE. Em nota, a companhia afirma que a medida foi adotada para “não mais permitir a veiculação de anúncios políticos no País”. “Temos o compromisso global de apoiar a integridade das eleições e continuaremos a dialogar com autoridades em relação a este assunto”, diz o comunicado.

A resolução n.º 23.732 do TSE determina que os provedores de propagandas pagas na internet deverão “manter repositório desses anúncios para acompanhamento, em tempo real, do conteúdo, dos valores, dos responsáveis pelo pagamento e das características de sua audiência”. ● w.a.